


CLIPPING DE NOTÍCIAS


	Título: Deu Certo		
	Veículo: Jornal do Comercio	Data: 04/06/2018	Enfoque: Positivo () Negativo () Neutro (X)
	Caderno: Opinião	Página: A3	

DEU CERTO

Em apenas dois dias de audiências de conciliação - 28 e 29 de maio -, o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Fazenda Pública Municipal conseguiu um resultado de R\$ 5.436.256,62 em acordos. Nas audiências, Pessoas Físicas e

Jurídicas tiveram a oportunidade de regularizar débitos relacionados a Imposto Predial Territorial Urbano, Alvarás, Imposto sobre Serviços e multas de órgãos municipais por infrações diversas, antes que essas ações fossem encaminhadas à Justiça.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

	Título: Greve reduziu exportações em 36%, diz Mdic		
	Veículo: Jornal do Comercio	Data: 04/06/2018	Enfoque: Positivo () Negativo () Neutro (X)
	Caderno: Economia	Página: A5	

Greve reduziu exportações em 36%, diz Mdic

A greve dos caminhoneiros, que começou em 21 de maio, afetou as exportações do país no período. A média diária de produtos vendidos ao exterior, que nas três primeiras semanas do mês ficou acima de US\$ 1 bilhão, caiu para US\$ 642 milhões na última semana do mês de maio. Na semana entre o dia 21 e 27, o volume exportado também sofreu queda significativa, para uma média diária de US\$ 699 milhões.

Por causa desses efeitos, o

Mdic (Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços) informou sexta-feira (1º) que a queda no ritmo das exportações foi, na média, de 36% no período. No entanto, considerando todo o mês de maio, o saldo da balança comercial foi positivo em US\$ 6 bilhões.


“Houve uma queda generalizada entre os setores, com diferentes efeitos dependendo do modal utilizado para o produto”, explicou Herlon Brandão, diretor de estatísticas e apoio

às exportações da Secretaria de Comércio Exterior do Mdic. No caso dos bens manufaturados, como aviões e automóveis, a queda nas exportações foi de 46%, seguida pela venda de bens semi-manufaturados, como celulose, ferro e aço, em que o recuo foi de 37%. A queda dos produtos básicos, como soja, minério de ferro e petróleo cru, foi menor, de 31%.

“Produtos como petróleo, embarcado diretamente no mar, e minério de ferro, que usa o

modal ferroviário, foram menos afetados. Boa parte do escoamento da soja foi garantido por estoques existentes nos portos”, afirmou Herlon, ao exemplificar porque os produtos básicos foram menos afetados pela greve dos caminhoneiros. O diretor ressaltou, no entanto, que os efeitos de redução do fluxo de comércio durante a paralisação dos transportadores ainda “poderão ser sentidos no tempo”, já que muitas empresas interromperam a produção no período.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

	Título: Combate à Corrupção é tema de evento no AM		
	Veículo: Jornal do Comercio	Data: 04/06/2018	Enfoque: Positivo () Negativo () Neutro (X)
	Caderno: Negócios	Página: B2	

Combate à Corrupção é tema de evento no AM

Pelo terceiro ano consecutivo, Manaus sedia o Simpósio Nacional de Combate à Corrupção com o objetivo de debater o atual cenário político e econômico do Brasil, bem como as novas medidas de enfrentamento à corrupção. O evento, realizado pela ADPF-AM (Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal no Amazonas), acontecerá no dia 9 de junho, a partir das 13h30, no Centro de Convenções do Manaus Plaza Shopping, na avenida Djalma Batista, 2.100, bairro Chapada, zona Centro-Sul da cidade.

De acordo com o delegado federal e presidente da ADPF-AM, Pablo Oliva, a realização de mais um ano do simpósio mostra o interesse da sociedade

em debater, cada vez mais, ações para combater atividade ilegais e nocivas tanto à política quanto à economia brasileira. "Infelizmente estes ainda são assuntos que ganham destaques nos noticiários de todo o Brasil. Por isso, ainda se faz necessário o debate e a discussão em volta da corrupção. E nada mais justo que a própria sociedade civil abordar o tema", comenta ele.

Para esta terceira edição, a organização do evento convidou importantes nomes do cenário nacional como a ministra do STJ (Superior Tribunal de Justiça), Eliana Calmon; o professor Ros-sandro Klinjey, um dos maiores palestrantes educacionais do país e consultor do programa 'Encontro com Fátima Bernardes' e a

fundadora da Associação Brasil NasRuas, Carla Zambelli.

"Buscamos nomes que agregam ao simpósio conhecimento e um olhar diferenciado sobre assuntos como organizações criminosas, operação 'Lava Jato', boas práticas de gestão e educação e lideranças", destaca o presidente da ADPF-AM.


Ainda na oportunidade, ministraram palestras Luciano Caparroz, advogado especialista em Direito Eleitoral e um dos autores do projeto da 'Lei da Ficha Limpa'; Coriolano Almeida Camargo, diretor titular adjunto do Departamento Jurídico da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) e também do delegado Pablo Oliva.

"Ressalto que o Simpósio Na-

cional de Combate à Corrupção é destinado ao público em geral como educadores, estudantes das mais diversas áreas de atuação, pequenos e grandes empresários, servidores públicos e profissionais liberais. Queremos reunir o máximo de pessoas que queiram debater o assunto e propor medidas e soluções para reduzir e quem sabe, um dia, acabar de vez com a corrupção no Brasil", finaliza ele.

Os passaportes já estão à venda no site e nos estandes Alô Ingressos, localizados nos principais shoppings, Amazonas, Manauara, Sumaúma e ViaNorte, ao preço de R\$20 (inteira) e R\$10 (meia). Mais informações podem ser obtidas por meio do telefone (92) 98452-2603.

CLIPPING DE NOTÍCIAS


	Título: Claro e Escuro		
	Veículo: Diário do Amazonas	Data: 04/06/2018	Enfoque: Positivo () Negativo () Neutro (X)
	Caderno: Primeiro Plano	Página: 02	



Carga tributária

A necessidade de se alterar o modelo de cobrança de tributos, diferentemente da execução de uma reforma previdenciária, é consenso entre os pré-candidatos, conforme estudo do jornal O Estado de S. Paulo.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

	Título: Ministro vê uso político da OIT em caso de violação trabalhista		
	Veículo: Diário do Amazonas	Data: 04/06/2018	Enfoque: Positivo () Negativo () Neutro (X)
	Caderno: Economia	Página: 09	

Ministro vê uso político da OIT em caso de violação trabalhista

Reação A Organização Internacional do Trabalho incluiu o País na lista dos casos que serão avaliados de suspeitas de violações de convenções trabalhistas

Agência Estado
redacao@diarioam.com.br

Genebra

Um raro gesto por parte do Brasil, o governo ataca abertamente a Organização Internacional do Trabalho por ter incluído o País na lista dos casos que serão avaliados de suspeitas de violações de convenções trabalhistas. Em Genebra desde o último domingo, para encontros na entidade internacional, o ministro do Trabalho, Helton Yomura, criticou a OIT por esta se deixar ser “instrumentalizada” no debate político doméstico.

Na semana passada, o jornal O Estado de S. Paulo revelou que, por conta da pressão dos sindicatos brasileiros e internacionais, a OIT incluiu o Brasil na lista dos 24 casos considerados como mais graves de suspeitas de



Criticas Ministro Helton Yomura rebateu a OIT por esta se deixar ser “instrumentalizada” no debate político doméstico

Convenção 98 apenas deveria

ção não é grave. Do contrário,

violações de direitos trabalhistas pela Comissão de Normas.

O motivo foi a reforma trabalhista, aprovada pelo governo de Michel Temer, e em especial a questão sobre as negociações coletivas. No centro do debate está a Convenção 98 da OIT.

O governo, porém, não poupou críticas à entidade com sede em Genebra e promete repetir o mesmo discurso quando tomar a palavra diante dos demais governos, na Suíça. “O processo de inclusão do Brasil na lista curta de casos a serem examinados pela Comissão de Normas foi evitado de anomalias, para não dizer irregularidades, que demonstram a politização do caso”, disse o ministro.

Segundo ele, pelo calendário da OIT, o debate sobre a

ocorrer em 2019, o que sugeriria que, ao antecipar a questão, a motivação seria eleitoral. “Os peritos anteciparam o exame do Brasil sem apresentar qualquer justificativa”, disse. “Dada a falta de gravidade da situação e a fragilidade da análise técnica dos peritos, temos motivos para acreditar que a única explicação é que, em 2019 ou 2020, tal exame não teria impacto no cenário eleitoral”, insistiu.

Num cenário considerado como ‘normal’, seriam técnicos que iriam até a OIT para fazer a defesa da posição do governo brasileiro durante a reunião da Comissão de Normas. Mas, diante do que Brasília considera como uma politização do debate, o próprio ministro é quem assumirá a responsabilidade de apresentar a versão das autoridades.

“O PROCESSO DE INCLUSÃO DO BRASIL NA LISTA CURTA DE CASOS A SEREM EXAMINADOS PELA COMISSÃO DE NORMAS FOI EVITADO DE ANOMALIAS, PARA NÃO DIZER IRREGULARIDADES, QUE DEMONSTRAM A POLITIZAÇÃO DO CASO”

Helton Yomura, ministro do Trabalho.

A sessão para tratar do Brasil ocorrerá na terça-feira, em Genebra.


Peritos

“As observações dos peritos não têm consistência técnica e não há motivo algum para o caso brasileiro ser examinado pela Comissão de Normas nesse momento”, disse o ministro, antecipando seu discurso de terça. “De certa forma, os próprios peritos reconhecem que a situa-

teriam incluído o Brasil na lista automaticamente. Os comentários dos peritos deram margem, contudo, para que algumas centrais forçassem o exame do caso do Brasil agora”.

Segundo ele, “foi uma escolha política-ideológica. É lamentável que a OIT se deixe instrumentalizar para o jogo político doméstico dessa maneira”. A crítica, disse, foi expressada ao diretor-geral da OIT, Guy Ryder, e será repetida na terça. “É importante registrar que as críticas ao sistema não vêm de hoje e não são casuístas. O Grupo da América Latina e Caribe, que reúne 33 países, tem denunciado a necessidade de revisar os métodos da Comissão de Normas há anos. O caso do Brasil só ilustra a premência dessa reforma”, disse.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

	Título: Focus mostra projeção de R\$ 3,50 na alta do dólar até o fim de 2018		
	Veículo: Amazonas Atual	Data: 04/06/2018	Enfoque: Positivo () Negativo () Neutro (X)
	Caderno: Economia	Página: On-line	
	Link: http://amazonasatual.com.br/focus-mostra-projecao-de-r-350-na-alta-do-dolar-ate-o-fim-de-2018/		

Focus mostra projeção de R\$ 3,50 na alta do dólar até o fim de 2018



Dólar referência para projeções, de R\$ 3,60, teve por base de cálculo a cotação média da taxa de câmbio observada nos cinco dias úteis encerrados no dia 11 de maio de 2018 (Foto: Fernanda Carvalho/ Fotos Públicas)

Do Estadão Conteúdo

Em meio ao movimento mais recente de alta do dólar ante o real, o relatório de mercado Focus divulgado na manhã desta segunda-feira, 4, pelo Banco Central, mostrou alteração no cenário para a moeda norte-americana em 2018.

A mediana das expectativas para o câmbio no fim deste ano passou de R\$ 3,48 para R\$ 3,50, ante os R\$ 3,37 verificados há um mês. Já o câmbio médio no ano passou de R\$ 3,46 para R\$ 3,49, ante R\$ 3,37 de um mês atrás.

Para 2019, a projeção para o câmbio no fim do ano foi de R\$ 3,47 para R\$ 3,50, ante R\$ 3,40 de quatro pesquisas atrás. Já a expectativa para o câmbio médio no próximo ano foi de R\$ 3,40 para R\$ 3,45, ante R\$ 3,40 de um mês atrás.

Em 16 de maio, ao manter a Selic (a taxa básica de juros) em 6,50% ao ano, o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC informou que, no cenário de referência, que considera juros constantes em 6,50% e dólar a R\$ 3,60, as projeções para a **inflação** estão em torno de 4,0% para 2018 e 2019.

O dólar utilizado como referência nas projeções, de R\$ 3,60, foi calculado com base na cotação média da taxa de câmbio observada nos cinco dias úteis encerrados no dia 11 de maio.

CLIPPING DE NOTÍCIAS



Título: Paralisação dos caminhoneiros derrubou as exportações

Veículo: Diário do Amazonas

Data: 03/06/2018

Caderno: Economia

Página: 14

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Paralisação dos caminhoneiros derrubou as exportações

Impacto A média diária de produtos vendidos ao exterior, acima de US\$ 1 bilhão, caiu para US\$ 642 milhões

Agência Estado
redacao@diarioam.com.br

Brasília

A greve dos caminhoneiros, que começou em 21 de maio e durou 11 dias, afetou as exportações do País no período. A média diária de produtos vendidos ao exterior, que nas três primeiras semanas do mês ficou acima de US\$ 1 bilhão, caiu para US\$ 642 milhões na última semana do mês, que terminou na última quinta-feira.

Na semana entre o dia 21 e 27, o volume exportado também sofreu queda significativa, para uma média diária de US\$ 699 milhões. Por causa

dos portos", afirmou Herlon, ao exemplificar por que os produtos básicos foram menos afetados pela greve dos caminhoneiros.

O diretor ressaltou, no entanto, que os efeitos de redução do fluxo de comércio durante a paralisação dos transportadores ainda "poderão ser sentidos no tempo", já que muitas empresas interromperam a produção no período.

As importações também foram afetadas em 26%. Saíram de uma média de US\$ 703 milhões, nas três primeiras semanas do mês, para US\$ 516 milhões, nas duas últimas semanas. Herlon garantiu que, apesar da acentuada incidência da greve dos caminhoneiros sobre o fluxo de comércio



Repercussão Efeitos da greve dos caminhoneiros foram registrados em diversas atividades da economia e ainda serão observados nos próximos meses

desses efeitos, o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) informou, na sexta-feira (1º), que a queda no ritmo das exportações foi, na média, de 36% no período. No entanto, considerando todo o mês de maio, o saldo da balança comercial foi positivo em US\$ 6 bilhões.

“Houve uma queda generalizada entre os setores, com diferentes efeitos dependendo do modal utilizado para o produto”, explicou Herlon Brandão, diretor de estatísticas e apoio às exportações da Secretaria de Comércio Exterior do MDIC.

No caso dos bens manufaturados, como aviões e automóveis, a queda nas exportações foi de 46%, seguida pela venda de bens semi-manufaturados, como celulose, ferro e aço, em que o recuo foi de 37%. A queda dos produtos básicos, como soja, minério de ferro e petróleo cru, foi menor, de 31%.

“Produtos como petróleo, embarcado diretamente no mar, e minério de ferro, que usa o modal ferroviário, foram menos afetados. Boa parte do escoamento da soja foi garantido por estoques existentes

em maio, o governo não deve alterar a previsão atual de saldo na balança comercial do ano, que é de cerca de R\$ 50 bilhões.

“Essas duas semanas não são suficientes para comprometer o resultado esperado do ano, com crescimento nos dois fluxos”.

Ao longo de maio, o País exportou US\$ 6 bilhões a mais do que importou, queda de 21% em comparação ao resultado positivo de US\$ 7,66 bilhões em maio de 2017. Mesmo assim, de acordo com o ministério, foi terceiro maior saldo comercial para maio desde o início da série histórica, que começou em 1989.

Um dos destaques foi a soja, que bateu recorde histórico de exportação no período, com embarque de 12 milhões de toneladas. No acumulado do ano, o produto, que é líder na pauta de exportações do País, também acumula recorde de 36 milhões de toneladas embarcadas, o melhor desempenho da série histórica.

Em termos de importação, o crescimento em maio foi de 14,5% em relação ao mesmo mês de 2017.

FENABRAVE

Emplacamento de veículos foi afetado em todo o País

A Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave) divulgou, na sexta-feira (1º), o desempenho do setor automotivo no mês de maio e do acumulado de 2018.

Para o Setor da Distribuição de Veículos (automóveis, comerciais leves, caminhões, ônibus, motocicletas, implementos rodoviários e outros), o mês de maio apresentou queda de 5,21% em relação a abril. Foram emplacadas 294.957 unidades no quinto mês do ano, contra 311.165 no mês anterior. Na comparação entre os meses de maio 2018 e o mesmo mês de 2017 (285.775 unidades), o setor automotivo registrou avanço de 3,21% no período.

Já no acumulado do ano, houve alta de 14,29% para todos os setores somados. Nos primeiros cinco meses deste ano, foram emplacadas 1.403.863 unidades, contra 1.228.312 entre janeiro e maio de 2017.

Os segmentos de automóveis e comerciais leves, somados, apresentaram queda de 7,17% em maio, em relação ao mês anterior. Foram emplacadas 194.922 unidades, contra 209.970 em abril de 2018. Se comparado com maio do ano passado (190.115 unidades), o resultado aponta aumento de 2,53%. No acumulado do ano, esses segmentos também cresceram, registrando alta de 16,2%. Foram comercializadas 932.173 unidades neste ano, contra 802.232 no mesmo período de 2017.

Segundo o presidente da Fenabrave, Alarico Assumpção Júnior, o mês de maio acompanha a tendência positiva dos últimos meses, até o impacto causado pelas paralisações dos caminhoneiros. “Apuramos que, a partir de 25 de maio, o número de veículos emplacados começou a retrair. Este cenário ocorreu, entre outras razões, pela dificuldade de abastecimento de combustível”, explicou.

CLIPPING DE NOTÍCIAS



Título: Mercado imobiliário popular criou dependência do FGTS, dizem analistas

Veículo: Diário do Amazonas

Data: 03/06/2018

Caderno: Economia

Página: 16

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Mercado imobiliário popular criou dependência do FGTS, dizem analistas

Fonte Fundo oferece recursos para a população de baixa renda investir na aquisição da casa própria e o quadro de dependência tende a se perpetuar no longo prazo, de acordo com agentes do setor

Agência Estado
Redacao@diarioam.com.br
São Paulo

O mercado imobiliário voltado à população de baixa renda consolidou uma situação de dependência de recursos do FGTS, quadro que tende a se perpetuar no longo prazo, de acordo com avaliação de agentes do setor.

O economista-chefe do Secovi-SP, Celso Petrucci, observou que a crise econômica nacional causou uma forte retração do mercado imobiliário nos últimos anos, especialmente daqueles empreendimentos destinados à população de média a alta renda. Este setor utiliza financiamentos oriundos do SBPE, com taxas na ordem de 9% ao ano.

Na crise, esse patamar superou os 10% ao ano. Por sua vez, os projetos de habitação social, como aqueles enquadrados no Minha Casa Minha Vida, contam com linhas de



Vantagens O Minha Casa Minha Vida conta com linhas de crédito com recursos do FGTS, com taxa entre 5% e 8% ao ano

crédito com recursos do FGTS, onde a taxa praticada gira em torno de 5% a 8% ao ano, garantindo o acesso da população de menor renda à casa própria.

A consequência, segundo Petrucci, foi uma concentração do mercado em projetos populares, dentro do Minha Casa Minha Vida. “Cerca de

80% de todos os empreendimentos imobiliários produzidos hoje no Brasil estão enquadrados no programa”, afirmou, durante evento que reuniu empresários do setor.

De acordo com a ex-secretária nacional da Habitação e membro do conselho curador do FGTS, Henriqueta Alves, a situação tende a ser perpetuar

no longo prazo. “Enquanto não tivermos uma economia organizada, acho muito difícil termos uma outra fonte de recursos para atender a habitação social”, afirmou, citando oscilações constantes na Selic e no câmbio.

Henriqueta ainda enfatizou a necessidade de preservar o FGTS contra projetos

parlamentares que sugerem o saque de recursos para causas variadas, como arcar com despesas de casamento, prestação escolar e compra de veículo, entre outras. “Deve ter uns 300 projetos no Congresso tratando de oportunidades de saques”, apontou. “Precisamos coibir os projetos de saques que são distintos do projeto original do fundo”, que é voltado para segurança do trabalhador e investimentos em habitação social e infraestrutura, explicou Henriqueta.

O presidente da Fiabci no Brasil, Rodrigo Luna, salientou que há um déficit habitacional superior a 7 milhões de moradias no Brasil, o que exige a necessidade de se buscar fontes alternativas para o mercado imobiliário popular. Caso a Selic se mantenha baixa no longo prazo, há a expectativa de que sejam estruturadas linhas de financiamento para o mercado de baixa a partir de recursos livres, isto é, não direcionados por exigências legais.

Ministério das Cidades/Bruno Peres

CLIPPING DE NOTÍCIAS



Título: Novo presidente na Petrobras

Veículo: Diário do Amazonas

Data: 03/06/2018

Caderno: Economia

Página: 20

Enfoque:
Positivo () Negativo () Neutro (X)

Novo presidente na Petrobras

Após o pedido de demissão de Pedro Parente, na busca por acalmar o mercado, Michel Temer confirmou o nome de Ivan Monteiro para presidir a estatal, em clima de crise

O presidente Michel Temer anunciou, em pronunciamento nesta sexta-feira (1º), que o governo indicará Ivan Monteiro como novo presidente definitivo da Petrobras. Monteiro, que está na estatal desde fevereiro de 2015, após o anúncio de Temer, teve o seu nome aprovado pelo Conselho de Adminis-

tração da estatal. Ele substituirá Pedro Parente, que pediu demissão do comando da petrolífera na manhã desta sexta-feira. Por meio de nota, a Petrobras informou que o Conselho de Administração realizou uma reunião extraordinária, ainda na sexta-feira, na qual o presidente do Conselho, com base em previsão estatutária (§3º do art. 27), indicou e nomeou o engenheiro Ivan de Souza Monteiro para o cargo de presidente interino da companhia até a eleição do novo presidente definitivo. O presidente Ivan Monteiro acumulará a função de diretor executivo Financeiro e de Relacionamento com Investidores.

"Escolhido hoje como interino, Ivan Monteiro será recomendado ao conselho de administração para ser efetivado na Presidência da Petrobras", afirmou Temer. No pronunciamento, de cerca de três minutos, ele ressaltou que seu governo mantém o "compromisso com a recuperação da saúde financeira" da empresa e que, por isso, não haverá qualquer interferência na política de preços da companhia, como alguns políticos pressionam.

tração da estatal. Ele substituirá Pedro Parente, que pediu demissão do comando da petrolífera na manhã desta sexta-feira.

Por meio de nota, a Petrobras informou que o Conselho

de Administração realizou uma reunião extraordinária, ainda na sexta-feira, na qual o presidente do Conselho, com base em previsão estatutária (§3º do art. 27), indicou e nomeou o engenheiro Ivan de Souza Monteiro para o cargo de presidente interino da companhia até a eleição do novo presidente definitivo. O presidente Ivan Monteiro acumulará a função de diretor executivo Financeiro e de Relacionamento com Investidores.



O engenheiro Ivan Monteiro, que está na Petrobras desde 2015, acumulará a função de diretor executivo Financeiro e de Relacionamento com Investidores

REPRODUÇÃO

anos, retirou a empresa do prejuízo e a trouxe novamente para o rol das mais respeitadas do Brasil e do exterior. Declaro também que não haverá interferência na política de preços da companhia. E Ivan Monteiro é a garantia de que esse rumo permanece inalterado", declarou Temer.

O presidente desejou sucesso a Monteiro e aproveitou o pronunciamento para agradecer a Pedro Parente pela "revitalização" da Petrobras. Mais cedo, o Conselho de Administração da estatal já havia aprovado o nome de Monteiro como presidente interino da empresa. Após a reunião, o executivo viajou a Brasília, onde se reuniu com Temer no Palácio do Planalto, quando aceitou formalmente o convite para assumir o comando da petrolífera.

Efeito mercado


Temer quis decidir o novo presidente definitivo no mesmo dia da saída de Parente para acalmar o mercado financeiro. O objetivo foi encerrar especulações sobre possibilidade de um nome político assumir o controle da empresa, evitando que as dúvidas se prolongassem pelo final de semana. A saída de Parente provocou queda de 14% nas ações da Petrobras hoje.

O governo quer mostrar que a independência da empresa será mantida, apesar da saída de Parente do cargo. Temer está sendo muito pressionado a



mudar a atual política de preços, mas sabe dos reflexos que isso terá nas ações da empresa e tenta evitar que, depois da recuperação alcançada pela estatal, ela volte a sofrer novo baque.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

	Título: Petrobras desvaloriza, Bolsa de Valores cai e dólar chega a R\$ 3,75		
	Veículo: Diário do Amazonas	Data: 03/06/2018	Enfoque: Positivo () Negativo () Neutro (X)
	Caderno: Economia	Página: 20	

IMPACTOS

Petrobras desvaloriza, Bolsa de Valores cai e dólar chega a R\$ 3,75

Após o anúncio da saída de Pedro Parente da presidência da Petrobras, as ações da empresa registraram queda bilionária na Bolsa de Valores. O Índice Bovespa também foi impactado. O dólar registrou alta na última sexta-feira (1º).

Por volta das 14h25 de sexta, as ações da Petrobras estavam no topo daquelas com as maiores quedas. As ações preferenciais registraram queda de 15,60%, já as

ordinárias, queda de 15,50%. O índice Bovespa anotava queda de 0,02%. O índice registrado nesse horário era de 76.735,63 pontos. Logo em seguida, às 14h28, o índice subiu 0,04%. Já o dólar comercial teve alta de 0,45%, sendo negociado a R\$ 3,75. O dólar comercial encerrou o pregão da sexta-feira com alta de 0,8%, cotado a R\$ 3,767.

Às 11h20, logo após o anúncio da demissão de Parente, a




Estatal perdeu mais de R\$ 40 bilhões em valores somente na última sexta-feira

Bolsa de Valores de São Paulo sofreu queda. Em aviso de fato relevante, a estatal informou que as negociações das ações PETR-N2 foram suspensas das 11h22 às 11h42, conforme informou às 11h45 a Agência Brasil. No entanto, as operações já foram retomadas.

Os papéis preferenciais (mais negociados) recuaram 14,86%, cotados a R\$ 16,16. Os ordinários (com direito a voto) caíram 14,92%. As ADRs (recibos de ações negociadas nos Estados Unidos) perderam 14,59%, para US\$ 10,13.

Em um dia, a estatal perdeu R\$ 40,4 bilhões em valor de mercado – quase o equivalente ao valor da companhia de papel e celulose e Fibria (R\$ 39,3 bilhões) –, aponta Eniara Riveira, da Empresa de Informações Financeiras Econômicas.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

	Título: Correios deve normalizar entrega sem até 15 dias		
	Veículo: Diário do Amazonas	Data: 03/06/2018	Enfoque: Positivo () Negativo () Neutro (X)
	Caderno: País	Página: 15	

Correios deve normalizar entregas em até 15 dias

Agência anunciou que os serviços com dia e hora marcados (Sedex 10, Sedex 12, Sedex Hoje, Disque Coleta e Logística Reversa Domiciliária) permanecem temporariamente suspensos

O feito dominó causado pelos 11 dias de paralisação dos caminhoneiros deve perdurar mais algumas semanas. A exemplo, temos as agências dos Correios, que devem demorar ao menos 15 dias para conseguir normalizar as entregas atrasadas. Em função da falta de combustível e dos bloqueios nas estradas, a empresa pública deixou de entregar cerca de 85 milhões de encomendas e mensagens nos últimos dias. Em nota, a empresa garante que desde o fim do movimento parafreista, está reforçando as

operações, convocando mutirões para distribuir as cargas no menor espaço de tempo possível.

Apesar disso, serviços com dia e hora marcados (Sedex 10, Sedex 12, Sedex Hoje, Disque Coleta e Logística Reversa Domiciliária) permanecem temporariamente suspensos. Os demais serviços de encomendas como o Sedex convencional e o PAC foram mantidos e tiveram apenas o prazo de entrega ampliado.

Segundo a empresa, em condições normais, são entregues aproximadamente 25 milhões de objetos por dia.



As agências dos Correios pretendem trabalhar em regime especial para normalizar as pendências


Últimos manifestantes

O governo de São Paulo anunciou na última sexta-feira (1º) que a paralisação de caminhoneiros no porto de Santos, em São Paulo, foi encerrada. O fim da greve foi decidido em assembleia, após reunião com o governador de São Paulo, Márcio França.

No encontro, o governador recebeu representantes de três associações que congregam 1,6 mil caminhoneiros autônomos. Eles reivindicavam o fim do pedágio do eixo suspenso, que já está vigorando desde ontem no estado.

As perdas das concessionárias não precisarão ser repostas. Em substituição, o governo irá prorrogar a validade dos contratos de concessão.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

	Título: Inflação na saída de fábrica sobe 1,56%		
	Veículo: Jornal do Comercio	Data: 01/06/2018	Enfoque: Positivo () Negativo () Neutro (X)
	Caderno: Opinião	Página: A2	

Inflação na saída de fábrica sobe 1,56%

O IPP (Índice de Preços ao Produtor), que inclui preços da indústria extrativa e de transformação, registrou alta de 1,56% em abril, informou nesta terça-feira (29), o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

A taxa de março foi revisada de uma elevação de 1,05% para avanço de 1,08%. O IPP mede a evolução dos preços de produtos na "porta da fábrica", sem impostos e fretes, da indústria extrativa e de 23 setores da indústria de transformação.

Com o resultado de abril, o IPP de indústrias de transformação e extrativa acumulou aumento de 3,54% no ano e elevação de 8,03% em 12 meses. Considerando apenas a indústria extrativa, houve alta de 4,83% em abril, após o aumento de 4,37%


registrado em março. Já a indústria de transformação registrou expansão de 1,42% em abril, ante um crescimento de 0,94% no IPP de março.

Os bens de capital ficaram 1,90% mais caros na porta de fábrica em abril, segundo os dados do IPP. O resultado ocorre após os preços terem subido 0,73% em março.

Os bens intermediários registraram avanço de 2,26% nos preços em abril ante uma alta de 1,56% em março.

Já os preços dos bens de consumo subiram 0,29% em abril, depois de uma elevação de 0,35% em março. Dentro dos bens de consumo, os bens duráveis tiveram alta de 0,14% em abril, ante aumento de 0,15% no mês anterior.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

	Título: BNDES e BID anunciam novo fundo de crédito		
	Veículo: Jornal do Comercio	Data: 01/06/2018	Enfoque: Positivo () Negativo () Neutro (X)
	Caderno: Economia	Página: A6	

BNDES e BID anunciam novo fundo de crédito

O BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) anunciaram hoje (30) a criação de um fundo de crédito em infraestrutura, que receberá o nome de B2 Infra. O anúncio do fundo conjunto foi feito durante o Fórum de Investimentos Brasil 2018, na capital paulista.

Segundo o presidente do BNDES, Dyogo Oliveira, o fundo deve levar 120 dias para estar em pleno funcionamento, mas as etapas iniciais já estão em andamento. O capital do fundo, segundo ele, será de US\$ 1,5 bilhão, sendo que 30% dos recursos serão do BNDES e 10% do BID Invest, braço do grupo BID. O restante será captado junto ao setor privado. Este fundo é parte de uma nova política de participação do BNDES em fundos de investimento de infraestrutura e de crédito para pequenas e médias empresas, que foi anunciado ontem no evento Fórum de Investimentos Brasil.


O gestor do fundo será sele-

cionado em 60 dias por meio de uma chamada pública. Depois serão precisos mais 60 dias para que comecem as captações no mercado e ele entre em sua fase operacional. O foco do fundo serão os projetos de transporte, energia, água e saneamento e infraestrutura social, tais como saúde e educação.

O formato de funcionamento do fundo é por meio de instrumento de dívida. “Ele vai comprar instrumentos de dívida dos projetos, como debêntures e recebíveis, e esses projetos passarão por um forte processo de seleção e adequação sócio-ambiental”, disse Oliveira. “Estamos colocando uma semente para atrair recursos do poder privado”, enfatizou Luis Alberto Moreno, presidente do BID.

“Serão projetos de grande impacto social e econômico e que melhorem a circulação, o transporte público, o fornecimento de água e saneamento; são projetos que venham a impactar na qualidade de vida das pessoas”, disse o presidente do BNDES.


CLIPPING DE NOTÍCIAS

	Título: Claro e Escuro		
	Veículo: Diário do Amazonas	Data: 01/06/2018	Enfoque: Positivo () Negativo () Neutro (X)
	Caderno: Primeiro Plano	Página: 02	

Nova Lei de Compensação Ambiental entra em vigor

Foi publicada no Diário Oficial da União a Lei Federal 13.668 que redefine a aplicação de recursos da compensação ambiental. As novas regras vão ampliar a capacidade de gestão das unidades de conservação, realocando o valor arrecadado de empreendimentos com impacto ambiental em um fundo. A expectativa é que, com as mudanças, seja liberado cerca de R\$ 1,4 bilhão. Pelas normas anteriores, para o cumprimento das condicionantes do licenciamento ambiental, as empresas infratoras eram obrigadas a executar diretamente as atividades de compensação nas unidades de conservação indicadas. A regra era considerada pelos empreendedores de difícil aplicação. Agora, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) poderá selecionar um banco oficial para criar e gerir um fundo com recursos arrecadados com a compensação ambiental, que vai financiar unidades federais de conservação, como parques nacionais, reservas biológicas e áreas de proteção ambiental (APAs).


CLIPPING DE NOTÍCIAS

	Título: Greve tirou R\$ 2,9 bilhões da indústria de construção		
	Veículo: Jornal do Comercio	Data: 01/06/2018	Enfoque: Positivo () Negativo () Neutro (X)
	Caderno: Economia	Página: A7	

Greve tirou R\$ 2,9 bilhões da indústria de construção

Uma estimativa da Cbic (Câmara Brasileira da Indústria da Construção) revela que em oito dias de greve dos caminhoneiros as perdas foram na ordem de R\$ 2,9 bilhões ao setor. Para além das perdas imediatas, o mercado estima que a falta dos produtos nos canteiros de obras pode postergar o calendário de entregas do setor. De acordo com o presidente da Cbic, José Carlos Martins, o setor também tem sentido o efeito da política de preços da Petrobras, já que o segmento sente a forte oscilação na compra de materiais asfálticos. "Os aumentos também tiveram impacto considerável sobre todos os contratos de empreendimentos que utilizam esses produtos: obras rodoviárias, pavimentações urbanas, reposições de pavimentos em obras de saneamento, serviços complementares em loteamentos, obras do Minha Casa, Minha Vida", disse.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

	Título: Indústria da Construção está no seu limite		
	Veículo: CBIC	Data: 30/05/2018	Enfoque: Positivo () Negativo () Neutro (X)
	Caderno: CBIC Mais	Página: On-line	
	Link: https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2018/05/CBIC_newsletter_141.pdf		

INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO ESTÁ NO SEU LIMITE

*IMPACTOS NEGATIVOS DO PIB, AUMENTOS DO PREÇO DO ASFALTO
E GREVE DOS CAMINHONEIROS FRAGILIZAM AINDA MAIS O SETOR*



Divulgação CNI

No dia em que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou o resultado do Produto Interno Bruto (PIB), confirmando mais uma queda da construção na economia, o setor ainda tem que encontrar solução para os impactos negativos gerados pelo aumento dos preços do asfalto e pela greve dos caminhoneiros. A indústria da construção, que representa mais de 50% do investimento e é grande geradora de emprego e renda, acumula mais um período de perdas e segue à margem dos sinais de reação da economia brasileira. O resultado do PIB confirma o novo encolhimento do setor no primeiro trimestre de 2018 — enquanto o país cresceu 0,4% a construção recuou 0,6%. Na prática, o PIB

nacional cresce há quatro trimestres e a construção cai há 16 trimestres consecutivos. “Nosso setor está no seu limite. O investimento acabou, as empresas não têm acesso ao crédito, é grande a insegurança jurídica e ainda estamos lidando com incertezas como o preço do asfalto”, disse José Carlos Martins, presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC).

A nova política de preços de materiais asfálticos adotado pela Petrobras já teve impacto considerável sobre todos os contratos de empreendimentos que utilizam esses produtos: obras rodoviárias, pavimentações urbanas, reposições de pavimentos em obras de sanea-

Sérgio Lima



José Carlos Martins, presidente da CBIC

mento, serviços complementares em loteamentos e urbanizações do Minha Casa, Minha Vida. A CBIC participou hoje de reunião no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) em busca de uma solução para o aumento dos preços mensais dos materiais betuminosos do asfalto. A entidade, por intermédio da sua COP (Comissão de Infraestrutura), busca solução para esse tema desde 2017.

Além disso, a estimativa é de que com a greve dos caminhoneiros o setor já perdeu mais de R\$ 5 bilhões de renda nesses 10 dias de paralisação, sem contabilizar os reflexos futuros. "A expectativa é de que após o fim da greve, o setor ainda leve de duas a três semanas para retomar suas atividades", destaca Martins.

PESQUISA SOBRE OS IMPACTOS DA GREVE

Os impactos da greve dos caminhoneiros no setor da construção de Santa Catarina são crescentes. Pesquisa do Observatório da Indústria Catarinense revela que a indústria da construção concentra 12,5% dos empregos no estado e que 56% das empresas foram altamente impactadas pelo movimento. Dessas, 41% estimam que terão até 10% do faturamento mensal afetado e outras 22% estimam que o prejuízo será superior a 30%. De acordo com o levantamento realizado, 52% das obras do setor da construção já estão paralisadas devido à greve, e 56% das empresas dispensaram total ou parcialmente seus funcionários. No estado, 52% das

Divulgação



Alex Dias Carvalho, vice-presidente da CBIC e presidente do Sinduscon-PA

empresas já identificaram falta de cimento, concreto ou argamassa.


PERDAS NO PARÁ

No Estado do Pará, o setor da construção tem sido impactado duramente pelas manifestações no que tange ao abastecimento das obras. "O Pará não tem um polo industrial significativo na produção de insumos que são utilizados nos empreendimentos. Então a maioria dos produtos passa pelo modal rodoviário, e, com isso, o desabastecimento é generalizado", destaca o presidente do Sindicato da Indústria da Construção do Estado do Pará (Sinduscon-PA), Alex Dias Carvalho.

Segundo Alex Carvalho, muitos materiais básicos da construção civil agregados, como o cimento que possui uma produção local também têm sido impactados severamente, pois a entrada de Belém está praticamente fechada para o acesso de caminhões durante todos esses dias. "Isso tem causado a paralisação e a falta de capacidade de planejamento em obras, com estoque limitado e escasso, apresentando condições críticas que só temos a lamentar".

Na mesma linha da CBIC, Alex Carvalho defende o restabelecimento da normalidade para o setor, um segmento que já vem de uma sequência longa de dificuldades e "nós não temos força suficiente para aguentar mais solavancos".

CLIPPING DE NOTÍCIAS

	Título: Vendas no mercado imobiliário brasileiro registram aumento de 22,3% no início de 2018		
	Veículo: CBIC	Data: 30/05/2018	Enfoque: Positivo () Negativo () Neutro (X)
	Caderno: CBIC Mais	Página: On-line	
	Link: https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2018/05/CBIC_newsletter_141.pdf		

VENDAS NO MERCADO IMOBILIÁRIO BRASILEIRO REGISTRAM AUMENTO DE 22,3% NO INÍCIO DE 2018

SEGUNDO BALANÇO DA CBIC, REDUÇÃO DOS LANÇAMENTOS NO PRIMEIRO TRIMESTRE INDICA QUE CONFIANÇA DOS CONSUMIDORES É MAIOR QUE A DOS INCORPORADORES

1º Trimestre de 2018

INDICADORES IMOBILIÁRIOS NACIONAIS



SENAI
INSTITUTO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
SENAI NACIONAL

CBIC
COMISSÃO DA INDÚSTRIA IMOBILIÁRIA

Entre janeiro e março de 2018, as vendas de unidades residenciais cresceram 22,3% no Brasil, em comparação com o primeiro trimestre do ano anterior. No entanto, a recuperação do mercado imobiliário, iniciada no final do ano passado, ainda não foi suficiente para estimular as empresas a lançarem novos empreendimentos. As vendas superaram os lançamentos – que tiveram uma queda de 30,7% no período – em exatas 14.138 unidades, número que representa 57,2% do total vendido. Esses dados são alguns dos destaques do estudo "Indicadores Imobiliários Nacionais", iniciativa da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), em correalização com o Senai Nacional, divulgado nesta quarta-feira (30).

Com o aumento das vendas e a diminuição dos lançamentos, houve uma redução expressiva do estoque no final do trimestre. A oferta final de unidades residenciais, em março de 2018, foi 14,8% menor quando comparado a igual período de 2017. O levantamento revela que está havendo um atendimento da demanda reprimida

dos últimos anos, porém, sem que a confiança dos empresários na economia tenha se consolidado.

"Esse resultado mostra que temos um mercado ansioso por comprar imóveis, porém não estamos conseguindo entregar os produtos adequadamente. Em nossa leitura, isso é um problema de falta de crédito", afirma José Carlos Martins, presidente da CBIC. De acordo com o dirigente, as empresas estão muito debilitadas devido à crise e não têm um balanço adequado para receber o crédito que recebiam no passado. Por sua vez, os agentes financeiros também estão mais restritos e temerosos.

Celso Petrucci, presidente da Comissão da Indústria Imobiliária (CII) da CBIC e responsável pelo estudo, concorda: "O mercado de lançamentos e vendas depende muito da confiança que se tem no País, tanto do incorporador imobiliário quanto das pessoas para quem são ofertados esses produtos. O que percebemos é que a confiança dos consumidores está maior

do que a confiança dos incorporadores”, explica

Martins reforça que a proposta da CBIC é criar mecanismos para melhorar a concessão de crédito e haver algum tipo de flexibilização. O resultado do Produto Interno Bruto (PIB), que mostra retração da construção civil no primeiro trimestre deste ano, é outra demonstração, segundo o presidente da CBIC, de que o setor precisa ter novos incentivos e novos mecanismos que estimulem o investimento.

INDICADORES IMOBILIÁRIOS

No primeiro trimestre deste ano, foram vendidas 24.712 unidades residenciais, quantidade superior às 20.209 unidades de 2017. O grande destaque foi a região Centro-Oeste, com um incremento de 62,6% no número de vendas, sendo seguido pelo Sudeste (+26,3%). O Norte foi a única região com variação negativa (-22,1%), tendo Belém e Manaus as maiores quedas em vendas. Das regiões pesquisadas, as regiões metropolitanas de Fortaleza, João Pessoa, Maceió e Recife estão na frente em volume de vendas.

Em relação aos lançamentos, o resultado caiu de 15.255 unidades lançadas nos três primeiros meses de 2017 para 10.574 unidades, em 2018. Enquanto no Norte não foram registrados lançamentos nesse período, o Nordeste manteve-se estável, com cerca de 4 mil unidades lançadas. Centro-Oeste (-62,1%) e Sul (-63,6%) tiveram retração similar; e as regiões metropolitanas de capitais nordestinas compõem as localidades com maior (João Pessoa, Maceió e São Luís) e menor (Fortaleza, Natal e Recife – atrás apenas de Belém) número de lançamentos.

Com isso, a oferta final disponível de residenciais novos passou de 144.398 unidades, em março de 2017, para 123.055, no último mês de março. A oferta caiu em todas as regiões, especialmente no Sudeste (-19,7%) e, dentre todas as localidades pesquisadas, apenas cinco observaram aumento na oferta final: Belém, região metropolitana de Maceió, São Luís, Cuiabá e Curitiba – juntas representando 18,3% do total de oferta.

O estudo também mostra que 52% das unidades ofertadas encontram-se em construção, 33% estão prontas e 20%, na planta. Mais da metade é composta por dois

dormitórios (54,5%) e o preço médio por metro quadrado de área privativa está em R\$ 6.042,00.

Quanto à participação das regiões nesse cenário, o Sudeste continua sendo a principal praça no Brasil. É lá onde realizam 49,6% dos lançamentos, onde acontecem 48,5% das vendas e onde se encontra 41,5% da oferta final. Em seguida, aparece o Nordeste com 38% dos lançamentos, 23,4% das vendas e 28,4% da oferta.

CENÁRIO ATUAL E FUTURO

Celso Petrucci avalia que o resultado do primeiro trimestre reflete a tendência de melhoria das vendas em relação a 2017, acompanhada também pelo crescimento dos financiamentos imobiliários com recursos da caderneta de poupança. A continuidade das contratações do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), a baixa da taxa de juros, a Selic a 6,5%, a inflação sob controle no primeiro trimestre e a geração de empregos formais são alguns dos indicadores micro e macroeconômicos que estão dando maior confiança aos compradores. “O que precisamos é que isso contamine positivamente os incorporadores. A desconfiança no futuro do País, a falta de segurança, ainda é muito grande”, diz.

O presidente da CII/CBIC informa também que há certa apreensão no mercado em relação ao restante do ano devido à crise política/institucional instalada, e que foi potencializada pela recente paralisação. “Não sabemos até que ponto isso vai afetar a própria economia e o nosso mercado imobiliário. Sendo assim, o segundo trimestre deve ter um movimento parecido com o do primeiro”, considera Petrucci, ainda acreditando que este será um ano com mais vendas, em razão da demanda que ficou reprimida pelos anos de crise.

Este é o quinto estudo “Indicadores Imobiliários Nacionais” divulgado pela CBIC e pelo Senai Nacional desde 2017. O intuito é consolidar os dados com uma metodologia nacional consistente e apoiar empresários e entidades do setor na tomada de decisões e observação de tendências. Para os relatórios trimestrais, são analisadas e agregadas informações de 23 regiões em todo o País. Os estudos encontram-se disponíveis, no site da CBIC, através dos seguintes links: [primeiro trimestre de 2018](#) e [balanço de 2017](#).

MAIS NOTÍCIAS

Conjur

[Alterações na legislação trabalhista e a terceirização na construção civil](#)

G1

[Emprego no setor da construção civil volta a ter resultado positivo, aponta Dieese](#)

[Economistas do mercado preveem mais inflação e alta menor do PIB em 2018](#)

Estado de Minas

[Selic no fim de 2018 permanece em 6,50% ao ano, aponta Focus](#)

Correio

[Fórum da Ademi discute sustentabilidade e inovação na construção civil](#)

Gazeta do Povo

[Com investimento de R\\$ 25 mi, construtora lançará 2,6 mil unidades Minha Casa, Minha Vida na RMC](#)

AGENDA

JUNHO

08 – Reunião CII – CBIC/ Manaus

19 – 6º Reunião da Diretoria